



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

PEQUENOS E GRANDES DIAS. OS RITUAIS NA CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

COSTA, Rosalina Pisco

Doutorada em Ciências Sociais (ICS-UL)

Universidade de Évora/CEPESE

rosalina@uevora.pt

Resumo

Este texto sintetiza os principais resultados de uma tese de doutoramento onde procurámos questionar e discutir o alcance das teorias da desinstitucionalização, individualização e risco enquanto chave explicativa para a compreensão do que é, hoje, a família. Em alternativa, questionámo-nos sobre o que constrói uma família, mais do que aquilo que a torna 'efémera', 'fluida' e 'frágil'. A opção por 'fixar' a família a partir dos rituais, combinada com uma abordagem metodológica qualitativa, intensiva e em profundidade, permitiu estabelecer e desenvolver o argumento principal: as teorias da desinstitucionalização, individualização e risco são insuficientes para a compreensão do que é, hoje, a família, e é necessária uma abordagem mais texturada, que permita captar o seu significado enquanto espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico. Argumentamos, por fim, que também na família o ritual suspende as divergências e produz um sentido de unidade, tese que vem confirmar a actualidade de Durkheim no ano em que se assinala o centenário de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912).

Abstract

This paper summarizes the main results of a PhD thesis which sought to question and discuss the scope of the deinstitutionalization, individualization and risk theories as an explanatory key for the understanding of what is today the family. Alternatively, we question ourselves about what constructs the family, more than what makes it an 'ephemeral', 'fluid' and 'fragile' reality. The option to 'fix' the family out of the rituals, combined with a qualitative intensive and in-depth methodological approach, allowed us to establish and develop the main argument: the theories of deinstitutionalization, individualization and risk are insufficient to understand what is nowadays the family, and we need a more textured approach, that allows us to capture its meaning as a physical, relational and symbolic place. By the end, we argue that in the family, the ritual suspends the differences and produces a sense of unity, an idea which comes to confirm the timeliness of Durkheim thesis, in the year that marks the centenary of *The Elementary Forms of Religious Life* (1912).

Palavras-chave: Família; Rituais Familiares; Tempo; Espaço; Emoção.

Keywords: Family; Rituals; Time; Space; Emotion.

PAP1495

Introdução

Neste texto apresentamos os principais resultados de uma tese de doutoramento que questiona e discute o alcance das teorias da desinstitucionalização, individualização e risco enquanto chave explicativa para a compreensão do que é, hoje, a família¹. Sociologicamente ancorada, assenta tal questionamento em três pressupostos base: o primeiro, o de que a família é simultaneamente um espaço «físico, relacional e simbólico» (Saraceno, 1997 [1988], p. 12); segundo, o de que «a Sociologia não é uma acção, e sim uma *tentativa de compreensão*» (Berger, 1978 [1963], p. 13); terceiro, o de que nesse esforço de compreensão é necessário colocar o olhar sociológico, «um olhar intenso, penetrante e dotado de uma imaginação tão viva e tão sociológica quanto possível» (Hughes, 1984 [1971], p. xix)².

Hegemónicas na teorização social contemporânea (Brannen & Nielsen, 2005), as teses da desinstitucionalização, individualização e risco aplicadas à família alimentam, por meio de um discurso dedutivo e generalista, a ideia de, senão desaparecimento, instabilidade, diluição e fragilidade da família. A partir do indivíduo colocam a ênfase no «casal flutuante», na «relação» ou nos «estilos de vida alternativos» (Giddens, 1996 [1992]; 2000 [1990]; 2001 [1991]; Beck, 1992 [1986]; Beck & Elisabeth Beck-Gernsheim (1995 [1990]; 2002; Beck-Gernsheim, 2002 [1998] e Bauman, 1999; 2001; 2006 [2003]). Onde está a família, então? Como apreendê-la empiricamente para além das categorias sociológicas que a dão como «incrustada» (Giddens, 2000 [1999], p. 63), «zombie» (Beck & Beck-Gernsheim, 2002, p. 204) ou «líquida» (Bauman, 1999)? As «velhas» categorias ainda fazem sentido?

É verdade que os conceitos de família e parentesco estão a ser reinventados, exigindo uma «elasticidade conceptual» e «redefinição» até (Beck & Beck-Gernsheim, 1995 [1990], p. 20). Mas independentemente do carácter mais ou menos «efémero» e «frágil» das relações contemporâneas, e apesar do contexto de «risco» que as circunda, os «mecanismos de atracção» e não apenas os de «repulsa» continuam a existir. Depois de argumentarem inicialmente sobre o modo como a lógica inerente ao processo de individualização estaria a produzir uma sociedade «sem famílias», feita apenas de indivíduos (Beck, 1992 [1986], p. 116), estes autores viram-se mais tarde «obrigados» a assumir a existência de uma família pós-casamento (Beck & Beck-Gernsheim, 1995 [1990], p. 145) e pós-familiar (Beck-Gernsheim, 2002 [1998], p. ix). A conclusões semelhantes chegam outros, nomeadamente Giddens, para quem o compromisso é condição de revelação ao outro (1996 [1992], p. 95), e Bauman (1999), que vê na ambivalência que caracteriza a contemporaneidade uma ânsia e procura incessante pela ligação emocional. Ora, como assinala Théry (1993), a família sobrevive à des-conjugalização e à des-coabitação e, aparentemente paradoxal, a experiência de estilos de vida individualizados afirma a procura pelo mundo da intimidade, segurança e proximidade (Crow, 2005).

Desta aparente paradoxalidade nos dão conta também os indicadores sócio-demográficos, em terreno português nomeadamente. De 1960 até à actualidade e apesar da diversidade que tais indicadores sempre ocultam, é possível apontar, e no que respeita à conjugalidade, o decréscimo da taxa de nupcialidade, o adiamento da idade média quer do homem quer da mulher ao primeiro casamento, a diminuição da percentagem de casamentos católicos no total de casamentos e, ainda, o aumento da taxa de divórcio. Ao nível da fecundidade, regista-se globalmente a queda abrupta da fecundidade e a uniformização dos comportamentos reprodutivos, a generalização do recurso da população feminina à contracepção moderna e, de uma forma mais específica, uma diminuição superior a 50% nas taxas brutas de natalidade, na taxa de fecundidade geral e no índice sintético de fecundidade, ao mesmo tempo que aumenta a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho e aumenta o número dos nascimentos ocorridos fora do casamento. Finalmente, e ao nível da composição e morfologia dos agregados domésticos, assiste-se à diminuição da dimensão média dos agregados familiares, ao aumento das famílias unipessoais e à conseqüente diminuição das famílias numerosas (Almeida *et al.*, 1995; Almeida *et al.*, 1998; Bandeira, 1996; INE, 2001; Carrilho, 2002; Wall, 2005a).

Mas, sabemos como os dados estatísticos são parcos e, por vezes, poucos diáfanos. É o momento, então, de colocar em marcha o primeiro pressuposto de que partimos: o de que a família é simultaneamente um espaço físico, relacional e simbólico (Saraceno, 1997 [1988]). Na verdade, olhando ao conjunto já significativo de estudos extensivos levados a cabo em território nacional com o objectivo de retratar práticas e representações em torno da vida familiar é possível enriquecer estes dados, captando outras dimensões invisíveis nos

indicadores demográficos construídos a partir das estatísticas oficiais, nacionais ou internacionais. Referimo-nos, em concreto, aos estudos que se debruçam especificamente sobre a realidade portuguesa (Torres *et al.*, 2004; Wall, 2005a), bem como aqueles que o fazem em perspectiva comparada (França, 1993; Vala, Cabral & Ramos, 2003; Vala & Torres, 2006; Wall & Amâncio, 2007). De igual modo, e à malha mais fina, um outro conjunto de estudos, também recentes mas agora em profundidade, de natureza exclusivamente qualitativa ou triangulada em diferentes níveis com estudos quantitativos, têm também contribuído para discutir, ampliar, confirmar ou apenas problematizar dados que nos chegam pela via dos já referidos estudos extensivos (Aboim, 2006; Costa, 2008; d’Almeida, 2009). Nas estatísticas, nos questionários de longo espectro como também nos estudos intensivos, a categoria «família» continua a ser estudada, conceptualizada e empiricamente observada.

Entre representações e práticas estudadas na e da família são porém muitas as dimensões desconhecidas que persistem e justificam a realização de estudos (em intensidade e profundidade) que permitam enriquecer e aprofundar o que em extensividade já conhecemos, em particular, sobre as representações em torno da família. Esta ideia enquadra-se, aliás, numa tendência recente da investigação sociológica sobre a família em Portugal, em que «a investigação privilegia a análise intensiva da vida familiar, procurando dar conta da sua especificidade e da sua articulação com as mudanças sociais globais» (Wall, 1993, p. 1006).

Questionamo-nos, em concreto, sobre o que constrói uma família mais do que aquilo que a torna «efémera», «fluida» e «frágil». Na esteira de Morgan propomo-nos olhar e conceptualizar as famílias não por aquilo «que são» ou «para que servem», mas «pelo que fazem». Das várias portas de entrada possíveis para estudar as famílias escolhemos as «práticas familiares» (Morgan, 1996; 1999) e, especificamente, o conjunto das que se enquadram numa categoria maior a que chamamos rituais familiares. Na verdade, o estudo dos rituais familiares convida-nos a relativizar o diagnóstico de fluidez da família contemporânea. Enquanto no plano da abstracção teórica e sociológica em geral se afirma a imagem de uma família de contornos imprecisos e fluidos; através dos rituais a família observa-se, percebe-se e «sente-se», como diz Kaufmann (1997, p. 142), construindo-se quer enquanto realidade objectiva, quer enquanto representação (Bourdieu, 1993; Gillis, 1996).

Estudar os rituais familiares é justamente uma das formas, entre outras possíveis, de conhecer a família por dentro, na sua dinâmica interna, sem contudo negligenciar as inter-relações que estabelece com o exterior. É ao entrar nesse mundo privado das famílias que se poderá dar corpo a um sociólogo «destruidor de mitos» (Elias, 1980), procurando desconstruir ideias feitas sobre essa realidade tão próxima de nós quanto é a realidade familiar. O estudo dos rituais na família assume-se ainda como particularmente importante, na medida em que eles resultam da vida familiar ao mesmo tempo que influenciam essa mesma dinâmica em toda a sua complexidade: são, simultaneamente, produto e produtores de realidade social (Fiese *et al.*, 1993) e revelam significados e interacções latentes na vida familiar nem sempre perceptíveis à primeira vista. Encoraja, por fim, a mergulhar nas teias do quotidiano e fazer incursões em várias áreas disciplinares, como a Sociologia da Vida Quotidiana, do Consumo ou do Género, o que pode contribuir para uma melhor compreensão da família enquanto fenómeno social total.

1 – Rituais familiares: tempo, espaço e emoção na construção da família contemporânea

A aproximação indutiva que prosseguimos permitiu encontrar uma realidade matizada e capaz de dar conta da textura da vida familiar, que a teorização sociológica recente frequentemente condena à erosão por meio de um discurso dedutivo e generalista. Isto acontece porque tais teorias, grandemente apoiadas na realidade dada a conhecer através dos grandes inquéritos e números estatísticos, insistem nas ideias de diluição, instabilidade e fragilidade, preocupando-se mais com aquilo que aparentemente desfaz a família, do que com o que a constrói. Ora, a formação e transformação do relevo de qualquer realidade é sempre o resultado de forças e movimentos divergentes, que afastam, mas também convergentes, ou seja, que chocam, agregam e constroem. Realidade texturada, a família não é excepção, e hoje, mais que nunca, reflecte a divergência-convergência de forças e movimentos que lhe estão na base e das quais não pode ser desligada, sob pena de termos sobre ela senão a visão de uma realidade singular e homogénea.

Ao serviço da imaginação sociológica, os rituais familiares revelaram-se na exacta medida das expectativas que neles depositámos: instrumentos teórico-conceptuais capazes de captar os fluxos, a fluidez e o sentido da família. A abordagem de tipo qualitativo, intensiva e em profundidade que privilegiámos, permitiu revelar, justamente, experiências e significados associados a práticas e representações pluridimensionais dos rituais familiares na contemporaneidade. Em última instância, foi através da análise de conteúdo a um conjunto de narrativas contextualizadas, recolhidas mediante o recurso a entrevistas qualitativas de episódio (Flick, 1997), a homens e mulheres a viver em contextos familiares diversificados e com filhos pequenos, que conseguimos captar a textura policromática da vida familiar³.

Centrados nos rituais familiares, e com a questão de partida em pano de fundo, guiou-nos o conjunto de três sub-questões principais definidas ao início: quais são, como se caracterizam e que lugar ocupam os rituais familiares na família contemporânea? Procurámos, primeiro, a resposta para a identificação das celebrações, tradições familiares e interacções padronizadas que estruturam a constelação dos rituais familiares; depois, a sua caracterização em termos de protagonistas, espaços, tempos, sensações, símbolos e significados; por fim, a revelação das relações que estabelecem e o modo como se articulam com as estruturas e dinâmicas familiares, os contextos sociais de pertença e as dinâmicas de género.

Na prossecução do primeiro objectivo a que nos propusemos, o de inventariar e caracterizar os rituais da família contemporânea, concluímos que, inscritos no calendário familiar (Daly, 1996), simultaneamente construído a partir do interior mas também pelo exterior (Imber-Black & Roberts, 1993), há uma multiplicidade e diversidade de rituais familiares. Centrados sobre a díade conjugal, a criança tomada individualmente ou na sua interacção com pais e pares, ou ainda na família como um todo, entidade real e até abstracta, os rituais familiares ora envolvem o casal, ora mobilizam pais e mães *a solo* com os respectivos filhos, ora envolvem toda a família, incluindo nalguns casos também não-familiares.

Mas, o que confere a determinadas práticas a adjectivação de ritual familiar? Três dimensões afiguram-se como especialmente importantes. Primeiro, o tempo. Distintos das rotinas nas dimensões de comunicação, compromisso e continuidade (Fiese *et al.*, 2002; Fiese, 2006), os rituais familiares são momentos ou eventos que reservam para si um tempo protegido, que alteram a normalidade e que, no quotidiano, ao longo do calendário anual das famílias ou do tempo de vida dos indivíduos que a elas se ligam, impõem um tempo diferente e especial, que pode ser antecipado e, mais tarde, lembrado e reinterpretado. Depois, o espaço. A coordenada tempo funde-se no e com o espaço e dá-lhe significado. O espaço condiciona, molda e transforma o banal e a *performance* dos vários actores, ao mesmo tempo que define as fronteiras entre quem faz e não faz parte da família, quem é anfitrião ou convidado, protagonista ou destinatário. Finalmente, a emoção. Há um compromisso afectivo que une os vários protagonistas do ritual e que é responsável por uma espécie de colorido emocional que pincela tais ocasiões. Essas emoções não são apenas momentâneas, já que, como vimos, os rituais deixam vestígios emocionais quando cumpridos e mantêm significados em potência passíveis de serem visitados, revisitados e, também por isso, reinterpretados do ponto de vista da experiência afectiva e simbólica que consigo transportam.

Apesar de retomarmos e desenvolvermos a classificação que distingue entre celebrações, tradições familiares e interacções padronizadas (Wolin & Bennett, 1984), evitámos apresentar no final uma tipologia ou classificação dos rituais estudados. Fiéis às orientações teórico-conceptuais e metodológicas iniciais, privilegiámos outrossim, na exposição que levámos a cabo nas páginas que nos precedem, o modo como os rituais familiares servem os propósitos de construção social da família, hipótese aliás subjacente à nossa análise. Na delimitação de fronteiras, na definição e atribuição de papéis e ainda na criação e afirmação de uma representação e sentido sobre si próprias e a sua existência, começámos por distinguir os rituais que inscritos no dia-a-dia irrompem a normalidade do quotidiano e ajudam a construir a família *para dentro*: as rotinas de deitar que envolvem pais e filhos e os dias e respectivas chegadas e partidas vividas semanalmente ou de quinze em quinze dias entre pais divorciados e os filhos cuja coabitação alternam com os ex-cônjuges. Um outro conjunto de rituais ajuda, principalmente, à construção da família *para fora*, isto é, perante o exterior. É certo que implicam também, de um ponto de vista interno, uma redefinição de papéis familiares e ajustamentos representacionais e normativos quotidianos. Apesar disso, agrupámo-los num todo por serem tradicionalmente vistos como ritos de passagem, hoje reinterpretados mas ainda assim mantendo valor

heurístico na conceptualização, definição e redefinição de fronteiras familiares, ao adicionar novos membros (casamento, formas diversas de entrada na conjugalidade e nascimento de crianças) e subtrair outros (morte de familiares significativos, aqui percebida pelo momento do funeral e respectivas exéquias fúnebres). *In media res*, incluímos as festas de aniversário, as férias em família e ainda as ocasiões familiares regulares como a celebração do Natal. Não apenas operam ao nível da definição de valores de proximidade e pertença (para dentro, portanto), como também abrem espaço à inclusão de outros membros da família alargada ou do grupo de pares, e implicam, por vezes, deslocações no espaço e mobilidades físicas, geográficas mas também imagéticas entre famílias do presente e do passado, reais e imaginadas.

Das várias sub-questões que enunciámos à partida, impõe-se ainda a resposta à terceira e última, justamente, a que equaciona de um modo global e transversal o lugar que os rituais familiares ocupam na construção da família contemporânea. Retomar o fio condutor da pesquisa, passar em revista os principais resultados e conclusões, indagar sobre as regularidades maiores que lhes são subjacentes e sistematizar os modos através dos quais os rituais familiares contribuem para «construir», «fazer» ou «fabricar» a família na contemporaneidade é o mote para a tarefa que se segue; o desafio, o de atender com relatividade às generalizações aplicadas dedutivamente à família contemporânea, olhá-las na sua especificidade, ao modo como são contestadas mas também reinterpretadas.

Constatamos que a família, enquanto realidade sociológica, faz os rituais. A um mesmo tempo, estruturas e dinâmicas familiares, contextos sociais de pertença e dinâmicas de género contribuem para definir, moldar e estruturar a constelação de práticas adjectivadas como especiais. Mas, os rituais familiares são também um lugar de construção da família. Isto acontece justamente porque pela conjugação das coordenadas tempo, espaço e emoção, os rituais familiares servem o propósito de afirmar a suspensão da realidade que as famílias enfrentam: um tempo escasso e fragmentado, um espaço avulso e fragmentado, e uma acção que obriga mais à injunção que à reflexão. Simultaneamente, ajudam a construir o seu oposto: um tempo e espaço especial, atravessado pela sentimentalização e emoção. Ao suspenderem o quotidiano, os rituais familiares constroem, consolidam e reproduzem não apenas as famílias em que os indivíduos vivem, como também aquelas pelas quais vivem (Gillis, 1996).

Qual caleidoscópio, os rituais familiares permitem captar a um só tempo as dinâmicas familiares internas e externas nas suas tensões e contradições. Para a construção da família enquanto espaço físico, contribuem com a afirmação de fronteiras familiares em fluxo permanente, que oscilam entre as culturas da casa e da domesticidade e a economia e cultura de consumo que publicita e vende a possibilidade de encontrar uma família longe da família. Do ponto de vista relacional, levantam o véu sobre os vários modos e estruturas de relação que neles se jogam entre adultos e crianças. Da família bi-parental à monoparental, e da nuclear à alargada, afirmam os seus personagens centrais, revelam novos e redescobrem os velhos. Ao mesmo tempo que desocultam os vários elementos que compõem a família em rede, revelam os enredos por detrás de cenários, guiões e protagonistas tão diversificados. Finalmente, os rituais inscrevem-se num universo de construção do simbólico ancorado nas «famílias imaginadas» e na estética familiar que lhes subjaz, o que, por sua vez, ajuda à construção da identidade e da memória familiar.

2 – Privacidade, domesticidade e família: consumos e *jet lag* de famílias em trânsito

O estudo dos rituais familiares dá-nos a conhecer a família contemporânea enquanto realidade que se constrói por referência a um espaço físico: a casa enquanto lugar de coabitação, caracterizada pela afectividade e privacidade e muralhada relativamente ao exterior. Porém, uma certa cultura da casa e da domesticidade coexiste, nalguns casos compete, com as exigências que se colocam às famílias pressionadas ante a percepção de um tempo curto e acelerado. O estudo dos rituais familiares aporta, então, novos significados ao espaço da casa e aos modos como é apropriado, contestado e reinterpretado pela família contemporânea.

Da análise do dia-a-dia das famílias que estudámos resulta a constatação de um quotidiano fragmentado entre múltiplos tempos e espaços onde os adultos acusam a escassez de tempo a que a sincronização com os ritmos e horários exteriores impõe. O dia-a-dia é um lugar de equilíbrio difícil e uma equação de contornos

complexos onde pais e mães com filhos pequenos se esforçam por encontrar estratégias de articulação das suas muitas (in)disponibilidades que decorrem da condição de famílias de dupla carreira e trabalhadores a tempo inteiro.

Neste contexto de fragmentação, a casa surge discursivamente idealizada como espaço de reunião e fruição. Mas, na prática, a casa é antes de mais um espaço de trabalho, como bem demonstra a descrição das actividades que nela têm lugar, nomeadamente as relacionadas com as tarefas domésticas e de cuidado e acompanhamento das crianças. A casa é, também, uma espécie de hangar logístico de partida, chegada e distribuição de pessoas. Imagens idealizadas em torno de um pequeno-almoço tranquilo, de um jantar em conjunto ou de um fim-de-semana descontraído são constantemente colocadas em causa pela sujeição aos ritmos, horários e características da associação que adultos mantêm ao mundo do trabalho formal e informal, e as crianças aos ritmos escolares. De manhã, ao final da tarde e noite, o modo como o dia-a-dia está estruturado depende também de vários outros factores. Nomeadamente, do número e idade dos filhos, da situação conjugal, estrutura familiar e da rede social sobre a qual está alicerçado. Numa outra dimensão, mais invisível, o dia-a-dia é também atravessado pelos modelos de conjugalidade e pelas dinâmicas de género que lhes são subjacentes. Daqui resulta o maior centramento das tarefas domésticas e cuidados aos filhos na figura da mulher-mãe ou, mais frequente, uma maior repartição (não necessariamente igualdade) entre os membros do casal e o recurso complementar à rede de apoio, formal ou informal.

O dia-a-dia e as suas rotinas parecem, assim, exercer uma força social contra a família porque a injunção instrumental do que tem que ser feito obriga mais a uma ligação entre espaços desconexos – a casa, o colégio, a escola, o local de trabalho, o supermercado ou a casa dos avós – que à vivência do espaço da casa em si. A prová-lo está a principal metáfora que retemos do dia-a-dia de famílias com filhos pequenos, a de uma família em trânsito, como constante aliás é o lugar que o automóvel desempenha no seu quotidiano, integrando e prolongando as dinâmicas familiares entre pais e filhos.

A resposta passa pela afirmação de um tempo de qualidade cuja força se opõe à fragmentação do quotidiano. Expressão primeira da centralidade que ocupam na vida familiar, são as crianças quem chama a si e força da parte dos adultos a suspensão do tempo. Como vimos, o momento que envolve o deitar e adormecer as crianças é um exemplo paradigmático da distinção entre rotina e ritual. Instrumentais por excelência, já que visam essencialmente preparar as crianças para uma noite descansada, o momento de adormecer os filhos ocupa um tempo e um espaço particular no quotidiano das famílias e, em particular, de pais divorciados. Entre as tarefas domésticas de final de dia e preparação do dia seguinte, o momento de adormecer os filhos obriga a parar e restabelecer a ordem entre pais e filhos separados por um quotidiano em que apenas o foram em *part-time*. O cuidado colocado na antecipação e programação das actividades dirigidas para os dias alternados que pais divorciados passam com os filhos, bem como a importância atribuída ao momento que assinala as chegadas ou as despedidas são também exemplos da suspensão e ligação que o ritual exerce no quotidiano, no primeiro caso entre pais e filhos separados pelo dia, no segundo por uma semana ou quinze dias e um divórcio.

A procura de momentos especiais passa, por vezes, por uma certa injunção a fazer da casa o espaço para «ser família», valorizando-a, por exemplo, como local de maior privatização, afectividade e personalização em detrimento de espaços pagos e comerciais. Apesar de tais ocasiões permitirem a suspensão do ritmo acelerado do quotidiano e a fruição com as crianças e com a família alargada, o excesso de trabalho doméstico que envolvem e as energias desiguais de género que mobilizam fazem com que, sobretudo quando se é anfitrião, seja na organização das festas de aniversário infantis ou na celebração do Natal, o preço a pagar pareça demasiado elevado.

Porque as dinâmicas quotidianas relacionadas com a injunção da rotinização das tarefas ou a co-presença da família alargada obstaculizam a que a casa seja efectivamente o espaço desejado e idealizado de fruição do tempo em família, os indivíduos projectam para outros locais, física e temporalmente afastados, a possibilidade de serem por um momento, por um ou quinze dias a família que não são no dia-a-dia. Referimo-nos, em concreto, à idealização em torno das férias em família onde, metaforicamente, os quilómetros percorridos significam justamente essa atracção-repulsão para a família e da família. As férias com filhos pequenos são um exemplo paradigmático de oposição e suspensão do quotidiano em família. Por

um lado, porque são a negação dos ritmos do dia-a-dia. A ausência de horários significa que as famílias se podem organizar sem o constrangimento de tempos exteriores que é necessário respeitar, sejam as horas do jardim-de-infância, da escola ou da entrada no emprego dos adultos. Por outro lado, o afastamento físico e a libertação psicológica relativamente ao quotidiano e ao mundo do trabalho contribuem sobremaneira para um discurso idealizado em torno de uma oportunidade acrescida de fruição absoluta e incondicional para pais e filhos estarem juntos. Aí os pais podem ser incondicionalmente pais, isto é, a tempo inteiro, e com os filhos fazerem o que mais gostam ou o que lhes dá mais prazer. O carácter excepcional das férias em família radica, assim, numa possibilidade temporária, quase efémera, de ser a família que o dia-a-dia, pelas razões que já discutimos, não permite.

Os destinos de férias, tanto a praia, como outros ambientes especificamente direccionados para as famílias com filhos pequenos (e.g. Disneyland ou outros *resorts* e parques temáticos), são publicitados como espaços de lazer, diversão e fantasia onde, longe da domesticidade da casa, se diluem as fronteiras que no dia-a-dia separam adultos e crianças (Bryman, 2004). A comodificação da família contemporânea, em particular a partir dos aspectos simbólicos que integram da cultura da infância (Corsaro, 2005), é não apenas um eixo central para a economia de mercado que segmenta este público-alvo, como também ajudam a reproduzir a própria ideia de evasão familiar.

O dia-a-dia como que impele as famílias à fuga delas próprias. Porém, demasiado «presas a si mesmas» por força das condições sociais de pertença e de existência, as famílias rapidamente encontram na evasão as famílias que, afinal, transportam consigo. Ao utilizar as férias como um escape da família, os indivíduos acabam por encontrá-la na medida exacta da excepcionalidade relativamente ao quotidiano por que anseiam. Qual *jet lag* familiar, as adaptações que daí resultam ajudam, elas próprias, a simultaneamente reforçar e compreender a sua condição.

Ao centrarem as férias nas crianças, procurando que sejam activas, estimulantes e recreativas, os adultos acusam frequentemente o cansaço associado às rotinas da diversão que lhes são exigidas por parte das crianças, ou a uma certa monotonia derivada da inscrição mais ou menos prolongada num determinado local. Nos casos em que as crianças são muito pequenas, os pais podem mesmo sentir em período de férias uma sobrecarga de trabalho e o peso da rotina que não sentem durante o ano, pela simples razão de que estão nessa altura mais tempo com os filhos do que é usual ou porque, deixados a si próprios, não contam com a ajuda informal dos avós a que habitualmente recorrem. É frequente também a denúncia de tensões, atritos ou pequenos conflitos que surgem da co-presença em férias e que não são especialmente diferentes do que acontece no resto do ano ou nos momentos em que pais e filhos passam mais tempo juntos. A presença das crianças obriga, assim, a não separar suficientemente o tempo das férias do resto do ano, antes prolongá-lo. Indirectamente, é responsável pelo sonho de uma nova evasão que a pouco e pouco assola esses pais: a de férias sem as crianças, onde o casal possa ser casal e não apenas pai e mãe. Esta constatação é tanto mais visível quanto está associada a um determinado tipo de férias em que se confrontam no terreno expectativas contraditórias de adultos que procuram o descanso e crianças que visam a diversão.

No regresso pós-férias, as mulheres, sobretudo elas, sentem o *jet lag* da injunção às rotinas domésticas de cuja libertação gozaram anteriormente. A eficácia anual da rotina assenta numa atribuição pré-definida de papéis que permite o cumprimento de tarefas e o respeito por horários rígidos, quase sempre com um peso maior para as mulheres que para os homens. Na ausência de tais ritmos, a articulação entre o «direito a férias» para ambos os membros do casal e a realização de tarefas que se impõe imprime como que uma injunção à partilha, ou a uma maior partilha, mesmo que ela não exista durante o ano. A questão de «quem faz o quê» resolve-se por vezes com recurso a uma relativa inversão de papéis que as férias, enquanto tempo «especial» permitem. Esta inversão, referida pelas mulheres e assumida pelos homens, vive justamente da condição efémera que as férias representam no calendário anual das famílias: uma situação de excepção. É nessa circunstância que as tarefas, ou parte delas, podem ser assumidas por quem usualmente não o faz, isto é, o homem. Noutros casos, não há uma verdadeira maior participação do homem, mas antes a «compra» da igualdade mediante a aquisição de bens ou serviços. O recurso à restauração ou a refeições pré-cozinhadas evita em férias a confrontação do casal com uma repartição desigual das tarefas, que de outra forma assumiria contornos de visibilidade. Mais uma vez, o quotidiano não se altera, apenas se suspende,

permitindo a sensação de «descanso» que sobretudo as mulheres experienciam. O investimento, a poupança e o esforço canalizado para umas férias totalmente pagas e onde «não é necessário fazer nada» é uma das estratégias pelas quais se consegue a suspensão das diferenças de género no que à repartição das tarefas em férias diz respeito. A contrapartida é que as férias totalmente pagas são geralmente caras. A opção por «poucos mas bons dias» é assim a regra que apenas vem confirmar a excepcionalidade das situações que descrevemos.

3 – A família em rede e os enredos da família: cenários, guiões e protagonistas

Na desconstrução de uma imagem de família fluida, onde as relações familiares perdem força em detrimento do isolamento dos indivíduos, des-nuclearização e atomização das relações familiares, os rituais ajudam à compreensão do que é hoje a família porque afirmam os seus personagens centrais, revelam novos e redescobrem os velhos. Enquanto espaço relacional, a família coloca em presença crianças e adultos; indivíduos e casais; famílias nucleares e alargadas. Num novo cenário encontramos velhos e novos protagonistas que reivindicam, interpretam e enfrentam as tensões e contradições suscitadas pelos guiões que agora sobre eles se impõem, nomeadamente os que insistem na sentimentalização, privatização e individualização.

Novo protagonista da família contemporânea (Cunha, 2007; Almeida, 2009), a criança afirma-se e ganha relevo na textura dos rituais familiares. No dia-a-dia e ao longo do ano, em festas de aniversários, férias e Natal é não apenas destinatário mas protagonista activo da acção e representação dos adultos. Pais, avós e outros familiares mobilizam recursos, partilham expectativas, investem nos seus desejos e aspirações e preocupam-se em fazer aquilo que a criança gosta, o que a faz feliz, ou «a que tem direito». A afirmação do direito à assunção plena da condição da infância (Sarmiento, 2004), relacional e espacialmente distinta dos adultos e a viver uma infância livre de constrangimentos é também nota transversal.

Mas a criança não apenas está no centro desses rituais como lhes dá sentido e obriga à sua reinvenção. Em situações de divórcio, a presença da criança redefine o significado que os adultos agora atribuem aos fins-de-semana, aniversários, tanto os seus como os das crianças, férias ou Natais «com» e «sem» os filhos. As experiências do primeiro aniversário ou primeiro Natal pós-divórcio consoante se esteja na presença ou ausência dos filhos são icónicas do modo como os rituais ajudam à construção de novas famílias, com novos modos de relação e de entendimento do tempo para e com os filhos. Nas famílias monoparentais, como vimos, o ritual de adormecer as crianças é resignificado à medida que a alternância de antes é substituída pela presença de apenas um dos progenitores. Em todos os momentos, tempos e espaços que pais divorciados passam com os filhos há uma preocupação acrescida em fazer desse um momento especial e uma oportunidade acrescida para «estar com». Os rituais não são excepção.

A montante, o próprio casal enquanto unidade é figura fundamental na família nuclear. Para dentro, os rituais dão-nos informação privilegiada sobre a estrutura de repartição social de papéis em função do género, permitindo uma compreensão mais holística em torno da divisão do trabalho não pago no casal que já conhecíamos. A repartição desigual de tarefas no dia-a-dia não constitui uma surpresa (Torres *et al.*, 2004; Wall & Guerreiro, 2005). Já o modo como é transportada para os rituais a estrutura dos papéis de género que ao longo do ano suporta a eficácia das rotinas afigura-se como novidade. Em toda a dimensão ritual que envolve as tarefas que identificámos como rotineiras, nomeadamente as que têm que ver com a preparação de refeições, o cuidado da casa ou da roupa, acentuam-se as desigualdades de género, mesmo quando já esbatidas no quotidiano. A divisão empreendida surge igualitária no domínio do discurso mas, nos bastidores, revelam-se, afinal, diferenças que empurram homens e mulheres para as tarefas que prolongam e cristalizam as diferenças que tradicionalmente ajudam à construção da divisão dos papéis domésticos: a mulher cozinheira, confeiteira e decoradora; o homem que assume o papel instrumental na logística da organização e preparação dos espaços ou de tarefas consideradas complementares, como as compras, a condução ou o transporte da bagagem.

Para fora, as motivações ritualistas em torno da entrada na conjugalidade confirmam e reforçam o elevado valor simbólico que apesar de todas as transformações o casamento assume na sociedade contemporânea e

portuguesa em particular (Torres, 2002; Aboim, 2006). A força do ritual associado à entrada na conjugalidade, mais «tradicional» ou *à la carte*, não vem hoje pela alteração que provoca nos indivíduos enquanto rito de passagem; antes pela afirmação e construção de uma nova realidade (Berger e Luckmann, 1999 [1966]), que advém da *mise en scène* dos elementos rituais que conferem e acentuam um significado simbólico a esse momento, seja a etiqueta ou o copo-de-água (Rault, 2007).

Os rituais familiares são também o espaço de revelação de um novo protagonista da família contemporânea: o homem-pai. Ao contrário do hífen que faz a ligação entre mulher-mãe, o que liga os substantivos homem-pai é novo e exige leitura atenta. Para além das novas conquistas que o «homem-aluno» (Kaufmann, 2002 [1992]) a pouco e pouco empreende no domínio do doméstico, noutras esferas avança menos reticente. Como futuro pai participa activa e afectivamente no momento do nascimento dos filhos, tornando-se o novo protagonista no também novo cenário do parto ditado pela medicalização e hospitalização (Kitzinger, 1996 [1978]). Como companheiro, acompanha a mulher grávida nas consultas, na preparação para o parto e com ela antecipa e experiencia de modo igualmente significativo o dia do nascimento de um filho. Uma vez pai, reencontramo-lo em casa no apoio à mulher-companheira e nos cuidados ao recém-nascido. É o facto de retirar prazer dessas tarefas de cuidado às crianças e de as viver em si mesmo e não apenas como uma ajuda ou complementaridade à mulher, que parece ser condição *sine qua non* para a construção de uma «nova masculinidade» (Wall, Aboim e Cunha, 2010) a que dá corpo.

Pais e mães divorciados são o segundo novo protagonista da família contemporânea a que o estudo dos rituais familiares permite dar visibilidade. Como vimos, a separação dos pais não significa necessariamente o enfraquecimento da relação pais-filhos, antes a sua reinvenção. À des-conjugalização muitos pais respondem com um acompanhamento atento e participação activa no quotidiano dos filhos, mesmo que isso implique fazê-lo a distância ou apenas em dias alternados. Ao mesmo tempo, agudiza-se o desejo de beneficiar equitativamente com o ex-cônjuge a partilha com as crianças de momentos do ano considerados especiais, garantindo, por vezes a custo, que tenham a festa, as férias ou o Natal «a que têm direito». A subordinação da regra da equidade e alternância ao princípio do que é melhor para os filhos, implicando nalguns casos o ter de abdicar da sua presença, demonstra ainda que não são os interesses dos pais que estão em causa mas sobretudo os das crianças. As descrições que encontramos do avesso, isto é, a exclusão, o isolamento ou o sofrimento experienciado por pais e mães que se vêem privados da presença das crianças ou impossibilitados de viver com os filhos esses momentos, bem como o sonho adiado de o fazer e ser o pai ou mãe que o quotidiano nega ou impossibilita, ajudam também a consolidar a ideia-força de que os rituais permitem uma certa normalização e continuidade da relação pais-filhos em situação de pós-divórcio.

O prolongamento da esperança média de vida aliada a uma melhoria generalizada da qualidade de vida de que a terceira idade beneficia, faz hoje dos avós novos e inolvidáveis protagonistas da família contemporânea. É certo que a dimensão da cidade que estudámos ajuda à maior presença directa dos avós no quotidiano de filhos e netos. Porém, a sua presença vai muito para além das ajudas quotidianas à família nuclear, que aliás já conhecemos grandemente (Torres *et al.*, 2004; Vasconcelos, 2005; Wall, 2005b). Indirectamente, porque mais afastados circunstancialmente da ruptura conjugal, desempenham um papel importante de «mediador informal» (Johnson, 1988) no trânsito de crianças entre famílias bi-nucleares. Os avós funcionam também, no caso das festas de aniversário, das férias de Verão ou do Natal, como um recurso escondido ao qual os pais podem recorrer para solicitar ajuda material, proporcionar ou complementar a guarda de crianças durante o dia enquanto os pais trabalham ou vão às compras, e em fins-de-semana e férias enquanto asseguram a continuidade entre períodos esparsos ou possibilitam a ausência dos pais que saem para uma «escapadinha» sem os filhos, apenas em casal.

É justamente porque temos hoje os avós presentes durante mais tempo na vida dos indivíduos, tanto de filhos como de netos, que permite explicar o modo como são eles os novos protagonistas da experiência da morte significativa. Com taxas de mortalidade mais baixas, os números absolutos da mortalidade diminuem em todos os grupos de idade e a morte surge, tendencialmente, numa altura da vida em que é esperável que aconteça: a velhice. Isso faz com que frequentemente seja a perda de um avô ou avó o momento que em idade adulta primeiro confronta os indivíduos com a inevitabilidade da morte.

Por último, o estudo dos rituais dá ainda visibilidade a velhos protagonistas da família. Primeiro, a mulher-mãe, omnipresente na quase totalidade dos rituais que estudámos. A sua figura parece, porém, condenada à invisibilidade, já que frequentemente fica mais nos bastidores, no desempenho dos papéis tradicionais que sobre ela se impõem e com os quais até certo ponto se identifica. Mais crítica que o homem relativamente à escassez de tempo, sente e reivindica para si a responsabilidade e o mérito de principal orquestradora dos rituais familiares. Ao fazê-lo, não dá no entanto conta que porque sobre os homens não recaem papéis tão rígidos e pré-definidos, são eles quem fica mais livre para se reinventar como homem, companheiro e pai.

Segundo, as famílias de origem e alargada de uma forma geral. A presença directa ou indirecta dos avós no quotidiano da família contemporânea é apenas uma das faces da permeabilidade das famílias nucleares. São inúmeras as evidências que nos dão conta da importância das redes de parentesco na sociedade portuguesa (Torres *et al.*, 2004; Vasconcelos, 2005). Aspectos menos trabalhados têm que ver com uma certa presença invisível das famílias de origem e alargada de forma mais subtil e quase imperceptível *para fora*. Justamente, é nos momentos de abertura ao exterior por excelência – a entrada na conjugalidade, o nascimento de um filho ou a morte significativa de familiares – que os indivíduos mais sentem, acusam e experienciam *para dentro*, as contradições que resultam da injunção à privacidade e ao individualismo atravessadas pelo peso institucional da pertença a uma família maior e com a qual, como que inevitavelmente, aqui se confrontam.

A entrada na conjugalidade, comumente apresentada como um dos ícones da desinstitucionalização e individualismo (Roussel, 1989; Aboim, 2006), está longe de ter sido completamente varrida pela erosão das orientações normativas individualistas. Optar por formas de entrada na conjugalidade que vão unicamente ao encontro dos desejos do casal enfrenta, na prática, tensões que resultam da descoincidência entre expectativas das famílias de origem ou mesmo da família alargada. Na resposta às questões «casar?» ou «como casar?», e para além da representação social que a socialização, especialmente a feminina, ajuda a consolidar, mas também nas decisões aparentemente mais individuais, como na assunção dos papéis tradicionais de noivo e noiva ou nas decisões relativas aos pormenores de organização da cerimónia, festa e lista de convidados, denota-se a pressão, importância e influência das famílias de origem, nomeadamente por parte de pais e sogros. Apesar de vingar, pelo menos discursivamente, a decisão do casal, o certo é que na justificação atribuída às opções tomadas recorre-se, com frequência, a argumentos como o facto de que se casa por ou também para agradar aos pais que fazem gosto, porque se é filho único, o primeiro filho ou a única filha. Noutros casos, admite-se tê-lo feito de determinada forma porque se sabia que sobre eles se projectava o sonho não concretizado em outros: a irmã que não casou, a própria mãe que não o fez, ou o futuro marido que não tem irmãos e, portanto, outra possibilidade de dar aos pais a oportunidade de «ver um filho casar». Justificações como estas escapam às teses da individualização, matizam as deduções generalistas em que se baseiam e dão à conjugalidade tonalidades diferentes, onde os desejos do casal se cruzam com as imposições e negociações mais ou menos visíveis das famílias de origem e alargada.

Aquando do nascimento de crianças, tornam-se também visíveis algumas tensões que resultam do confronto entre orientações mais individualistas ou mais familialistas. Apesar de as circunstâncias que envolvem a fecundidade na contemporaneidade serem também elas atravessadas pela sentimentalização e privatização cada vez maior dos casais, no pós-parto e mais tarde em casa, à inexperiência própria de quem é mãe ou pai pela primeira vez juntam-se as orientações múltiplas, por vezes contraditórias, dos cuidados a ter vindos do saber de especialistas e dos conselhos de pares, amigos e familiares. O recurso a mães e sogras como fonte de aconselhamento pode também ser o espaço de confrontação entre «a experiência» e «o saber» que estas filhas e noras, em geral mais escolarizadas, têm ou julgam ter e, ainda, a «legitimidade» que a condição de mãe como que naturalmente agora lhes confere. O aconselhamento informal, quando associado a uma presença constante, pode ser percebido como uma intromissão na vida do casal e asfixia nos ritmos do bebé, tanto maior quanto mais próxima e densa for a rede familiar e amical.

Finalmente, também perante a experiência de uma morte significativa os indivíduos sentem as tensões entre as exigências do individualismo e a pressão que vem pela família alargada. A experiência individual do confronto com a morte do outro e ênfase no direito à privatização da dor enfrenta sentimentos contraditórios de ora necessidade e valorização da presença de pessoas à sua volta, ora recusa e afastamento, entre «o querer estar só» e «o estar acompanhado». O desejo de viver um momento privado coexiste, assim, com a

pressão social que obriga à exposição e à presença do outro. Ao abrir-se ao exterior, isto é, ao construir-se *para fora*, ganham visibilidade as forças sociais que a puxam para dentro: a sentimentalização, a privatização e a individualização. Clarifica-se, por esta via, a fronteira entre «nós» e «os outros», construindo-se assim e simultaneamente a família *para dentro*.

4 – Das imagens da família às famílias imaginadas

Os rituais familiares inscrevem-se num universo de construção do simbólico de onde resultam narrativas em torno da imagem da família para si mesma. Estas narrativas têm de ser lidas na associação directa com os contextos sociais de origem e de pertença dos indivíduos, bem como na estética familiar dos eventos em que estão ancoradas.

Várias são as imagens da família que coexistem na contemporaneidade. Uma imagem «real» resulta da inscrição das famílias num espaço-tempo particular e das oportunidades e constrangimentos que enfrenta no quotidiano. Estas imagens coexistem com uma outra, idealizada, que se impõe vinda do exterior. Os momentos de reunião, epítomes da vida familiar, são representados pela cultura popular e apropriados pela economia de mercado que através da publicidade os impõe com força coerciva. Reflectindo sobre si mesmas e olhando às *suas*, as famílias identificam os muitos desencontros entre umas e outras: no momento do jantar em conjunto que é muitas vezes hipotecado em nome das rotinas da vida quotidiana; do Natal que é mais a realidade da alternância e rotatividade que a imagem da estabilidade que discursivamente transparece; ou de um certo sentimento de pertença a uma «família de estranhos» (Gillis, 1996) experienciado nos momentos em que a família mais alargada se reúne, e que a sabedoria popular agrega sabiamente na expressão «algumas famílias só se encontram em casamentos e funerais».

A principal imagem da família contemporânea parece, então, ser a de uma família imaginada, já que, frequentemente, as famílias activam para o campo do discurso sobre si mesmas o modo como nunca foram⁴. Nessa narrativa, que parte da família «real», incorporam as imagens idealizadas que absorvem e reconstróem a imagem que têm sobre si próprias. As famílias imaginadas são, por isso, tanto mais vividas na idealização e antecipação quanto maior a distância que separa a realidade dessa imagem: das famílias pequenas às famílias numerosas; de uma família atravessada pelo conflito, doença, morte ou pelo divórcio à família «intacta» e «perfeita», «toda reunida».

A desvalorização, a ironia ou a naturalização em torno de aspectos que se reconhecem como menos positivos denuncia uma visão normativa que permeia essas famílias imaginadas e que acompanha uma certa recusa simultaneamente explícita e implícita para levantar o véu sobre esse lado menos cor-de-rosa das ocasiões familiares e que é parte indissociável da «sacralização» da imagem da família (Gelles, 1995). De montante a jusante, nas «histórias que as famílias contam» (Fiese *et al.*, 1999), o excesso de trabalho, mas também as tensões suscitadas pelos excessos alimentares ou pelos «tabus do privado» (Nydegger & Mitteness, 1988), isto é, tópicos que pela sua delicadeza ou interdito dos temas abordados provocarão provavelmente conflito entre os presentes, e o recurso a diminutivos eufemísticos como os de «tragediazinhas», «discussãozinhas» ou «chaticezinhas» a que se alia a estratégia de evitamento, são frequentes em momentos ou eventos culturalmente construídos como positivos.

A imagem que suporta as famílias imaginadas radica na estética familiar dos eventos para que reportam (Goode, 1970 [1963]), e que ajuda a consolidar a memória familiar pela força da memória episódica (Whitehouse, 2000). A estética familiar, assente nas ideias de representação, encadeamento, movimento e repetição, evoca o equilíbrio e a simetria através de recordações reconstruídas e permeadas pela nostalgia que transforma o passado, defendendo-o do esquecimento e do negativo, e antecipa o futuro, projectando nele o presente desejado.

Para a persistência da memória⁵ contribui a experiência sinestésica que os rituais envolvem. A memória familiar é activada pela proximidade relacional e espacial e existe uma memória ritual, como lembra Anne Muxel (1996). Esta memória é expressiva e afectiva e transmite-se pela repetição, ligando-se assim à memória arqueológica e referencial na construção da memória familiar. A activação sensorial pela via dos

ambientes diferentes ou ornamentados de modo especial, dos sons, cheiros, cores e sabores ajuda à construção de uma imagem de excepcionalidade relativamente ao quotidiano e que de modo icónico os indivíduos guardam na memória. A condição única ou efêmera do momento de abertura dos presentes na noite de Natal, do soprar das velas na festa de aniversário, das emoções trazidas à flor na pele no momento de nascimento de um filho ou da condição de ser príncipe ou princesa no dia do casamento reforçam, mais uma vez a força do ritual, logo da imagem da família. É justamente a constatação da efemeridade e excepcionalidade do momento que traz ao de cima a vontade de o fixar e eternizar, razão pela qual os suportes físicos da memória familiar, como a presença de material fotográfico ou vídeo são muitas vezes antecipados e mobilizados para os momentos especiais⁶.

A preocupação com a escolha do espaço para realizar a festa, o cuidado colocado na decoração da casa para receber convidados, o investimento em conseguir garantir um «ambiente natalício», a busca de um local «diferente» para as férias, a garantia de que o dia de nascimento de um filho é um momento «único», ou o desejo por um casamento «personalizado» são exemplos disso mesmo. Independentemente de casar *de branco* ou *às cores*, os casamentos cada vez mais *à la carte* significam que os indivíduos podem compor, de forma «especial» e «à medida» o momento a partir do qual passam a viver formal e reconhecidamente com alguém. Insistir numa dimensão ritual que lhes possibilita ser «príncipe» ou «princesa» por um dia é decidir de forma negociada sobre que aspectos escolher, de entre uma miríade de opções ao dispor: o anel, a data, os convites, o vestido, as flores, o local, a decoração, a cerimónia, a presença de crianças, a música, a ementa, o bolo, ou os convidados, bem como da gestão da semântica que lhe é selectivamente atribuída (Chesser, 1980). São estes aspectos que, detidamente seleccionados e conciliados entre si, permitem aos indivíduos recriar uma narrativa personalizada em torno do momento em que publicamente se constrói a experiência da relação privada (Leeds-Hurwitz, 2005). Essa experiência principesca efêmera é aliás a principal imagem que ajuda à construção da memória em torno do dia do casamento, com homens e mulheres a insistirem mais na descrição do dia *em si mesmo* que na vivência do dia *para si*.

Paradoxalmente, a força da imagem da família enquanto espaço simbólico radica no irreal e na efemeridade do *ser* família que os rituais encerram, o que confirma o seu valor: o ritual suspende as divergências e produz um sentido de unidade. Os rituais, bem como a injunção e esforço canalizado para a sua realização, manutenção ou continuidade são um sinal da própria existência e continuidade da família: além da fluidez do dia-a-dia, como nas rotinas do deitar, nas férias ou nas festas de aniversário; além do afastamento espacial como nos momentos vividos entre pais divorciados e respectivos filhos ou pelo Natal; além da fluidez das relações familiares, como no casamento e no nascimento; e além da própria morte como acontece nas reuniões familiares em cerimónias fúnebres. Neste último caso, a injunção à celebração dos rituais pode ser geradora de tensões familiares e obrigar a uma redefinição dos modos e locais de celebração, mas a ideia – e a prática – da reunião familiar não é afectada. Estabilidade e mudança são, assim, condição obrigatória: o facto de a família *toda* se reunir novamente, apesar das contingências, obriga à institucionalização da mudança, seja pela inclusão ou exclusão, à integração e diluição do conflito e sua incorporação na renovação cíclica que garante a continuidade da família. O ritual assume, desta forma, as funções de reificação da família relativamente ao passado, de gestão dos recursos quanto ao presente e de reprodução no que respeita ao futuro (Cheal, 1988).

Conclusão

Insatisfeitos com o discurso dedutivo e generalista de boa parte das definições e acepções aparentemente acabadas que, no domínio da teorização social contemporânea, a adjectivam de «efêmera», «fluida» e «frágil» (Brannen & Nielsen, 2005), pretendíamos uma resposta que permitisse a compreensão ampla, plural e actual das inúmeras evidências pelas quais a família se nos apresenta na contemporaneidade enquanto «categoria realizada» (Bourdieu, 1993). Mapeámo-la nos seus múltiplos tempos e espaços diurnos e nocturnos, ritmos matutinos e vespertinos. No dia-a-dia, ao longo da semana, do ano e no tempo das suas vidas, atentámos a pais e filhos, adultos e crianças e as muitas famílias a que pertencem: bi-parentais, monoparentais, nucleares e alargadas. Instigámos a linguagem silenciosa do espaço e a dimensão oculta do tempo como dimensões simbólicas estruturantes (Hall, 1986 [1966]; 1996 [1983]) e, por fim, encontrámos

momentos iguais e «*banais*» mas, também, alguns outros diferentes e «*especiais*». A opção por «fixar» a família a partir dos rituais familiares, isto é, das práticas que empreendem (Morgan, 1996; 1999), permitiu, em suma, estabelecer e desenvolver o argumento principal, o de que as teorias da desinstitucionalização, individualização e risco são insuficientes para a compreensão do que é, hoje, a família, e de que é necessária uma abordagem mais texturada (Smart, 2005; 2008) que permita captar o seu significado enquanto espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico (Saraceno, 1997 [1988]).

A concluir, vimos assim confirmada e ampliada a nossa hipótese de partida. Os rituais constituem, efectivamente, lugares de construção da família contemporânea enquanto espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico, tanto *para dentro*, quanto *para fora*: na delimitação de fronteiras, na definição e atribuição de papéis e ainda na criação e afirmação de uma representação e sentido sobre si próprias e a sua existência. Tendencialmente, são hoje privados, individualizados e sentimentais, ao mesmo tempo que fortemente matizados por estruturas e dinâmicas familiares, contextos sociais de pertença e dinâmicas de género. A compreensão do modo como os rituais familiares constroem a família contemporânea obriga a olhar à forma como as próprias famílias os determinam, idealizam e estruturam, e é da imbricação entre estes dois lados que resulta o seu carácter «especial». É no prolongamento mas também na antítese entre o quotidiano dos pequenos dias e a excepção dos grandes que se forja, afinal, a família, tese que vem confirmar a actualidade de Durkheim no ano em que se assinala o centenário de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912).

Bibliografia

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, A. N. (2009). *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de olhares, pistas de investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, A. N. et al. (1995). *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*. Lisboa: CIDM/MESS.
- Almeida, A. N. et al. (1998). Relações Familiares: mudança e diversidade. In J. M. Leite Viegas & A. F. da Costa [org.]. *Portugal, que Modernidade?* (pp. 45-78). Oeiras: Celta Editora.
- Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (2001). *The Individualized Society*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Z. (2006 [2003]). *Amor Líquido – Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Beck, U. (1992 [1986]). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (1995 [1990]). *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization. Institutionalized individualism and its social and political consequences*. London: Sage Publications.
- Beck-Gernsheim, E. (2002 [1998]). *Reinventing the Family: In search of New Lifestyles*. Cambridge: Polity.
- Berger, P. (1978 [1963]). *Perspectivas Sociológicas – uma visão humanística*. 4ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, Ltda.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1999 [1966]). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Bourdieu, P. (1993). À propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 100, 32-36.
- Brannen, J., & Nielsen, A. (2005). Individualization, choice and structures: a discussion of current trends in sociological analysis. *The Sociological Review*, 53 (3), 412-428.

- Bryman, A. (2004). *The Diseyzation of Society*. London: Sage Publications.
- Carrilho, M. J. (2002). A Situação Demográfica Recente em Portugal», *Revista de Estudos Demográficos*, 32, 147-175.
- Cheal, D. (1988). The Postmodern Origin of Ritual. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 18 (3), 269–290.
- Chesser, B. J. (1980). Analysis of Wedding Rituals: An Attempt to Make Weddings More Meaningful. *Family Relations*, 29 (2), 204-209.
- Coontz, S. (1997). *The way we really are. Coming to terms with America's changing families*. New York: Basic Books.
- Coontz, S. (2000 [1992]). *The way we never were. American families and the nostalgia trap*. New York: Basic Books.
- Corsaro, W. (2005). *The sociology of childhood*. 2nd ed.. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Costa, C. C. (2008). *Da violência conjugal às violências na conjugalidade. Representações e práticas masculinas e femininas*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade: Sociologia Geral, Lisboa, ICS-UL, Portugal.
- Costa, R. P. (2011). *Pequenos e Grandes Dias. Os Rituais na Construção da Família Contemporânea*, tese de Doutoramento em Ciências Sociais, área de especialização: Sociologia Geral, Lisboa, ICS-UL, Portugal. Disponível: <http://hdl.handle.net/10451/4770>
- Crow, G. (2005). *Family sociology's paradoxes*, Paper presented at the annual conference of the British Sociological Association, University of York, 21-23 March 2005, British Sociological Association Web page. Recuperado em 17 Outubro 2010, de http://www.britisoc.co.uk/user_doc/05BSAConfCrowGraham.pdf
- Cunha, Vanessa (2007). *O Lugar dos Filhos. Ideais, práticas e significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- d'Almeida, L. P. R. (2009). *Juventude, família e autonomia. Entre a norma social e os processos de individuação*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade: Sociologia Geral, Lisboa: ICS-UL, Portugal.
- Daly, K. J. (1996). *Families & Time – keeping pace in a hurried culture*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Durkheim, É. (2002 [1912]). *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Oeiras: Celta Editora.
- Elias, N. (1980 [1970]). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Fiese, B. H. (2006). *Family Routines and Rituals*. New Haven and London: Yale University Press.
- Fiese, B. H. et al. (1993). Family Rituals in the Early Stages of Parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 633-642.
- Fiese, B. H. et al. (1999). The Stories That Families Tell: Narrative Coherence, Narrative Interaction, and Relationship Beliefs, with commentary by Philip A. Cowan. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, Thematic number, 64 (2).
- Fiese, B. H. et al. (2002). A Review of 50 Years of Research on Naturally Occurring Family Routines and Rituals: cause for celebration?. *Journal of Family Psychology*, 16 (4), 381-390.
- Flick, U. (1997). *The episodic interview. Small scale narratives as approach to relevant experiences* [Series Paper]. Recuperado em 29 Outubro, 2009, de <http://www2.lse.ac.uk/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/Flick-episodic.pdf> [consulta a 29-10-2010]
- França, L. (1993). *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*. Lisboa: IED.
- Gelles, R. J. (1995). *Contemporary Families. A sociological view*. Thousand Oaks: Sage Publications.

- Giddens, A. (1996 [1992]). *Transformações da Identidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. 2.^a ed., Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000 [1990]). *As Consequências da Modernidade*. 4.^a ed., Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000 [1999]). *O Mundo na Era da Globalização*. 2.^a Ed., Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2001 [1991]). *Modernidade e Identidade Pessoal*. 2.^a ed., Oeiras: Celta Editora.
- Gillis, J. R. (1996). *A World of their Own Making. Myth, Ritual, and the Quest for family Values*. Cambridge: Harvard University Press.
- Goode, W. J. (1970 [1963]). *World Revolution and Family Patterns*. New York: The Free Press.
- Hall, E. T. (1986 [1966]). *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hall, E. T. (1996 [1983]). *A Dança da Vida. A outra dimensão do Tempo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hughes, E. C. (1984 [1971]). *The Sociological Eye: selected papers*. New Jersey: Transaction Inc.
- Imber-Black, E., & Roberts, J. (1993). *Rituals for Our Times: Celebrating, healing, and changing our lives and our relationships*. New York: Harper Perennial.
- INE (2001). *Inquérito à Fecundidade e Família 1997*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Johnson, C. L. (1988). Socially Controlled Civility. The functioning of rituals in the divorce process. *American Behavioral Scientist*, 31 (6), 685-701.
- Kaufmann, J.-C. (1997). *Le coeur à l'ouvrage – théorie de l'action ménagère*. Paris: Édition Nathan.
- Kaufmann, J.-C. (2002 [1992]). *O Labirinto Conjugal – o casal e o seu guarda-roupa*. Lisboa : Editorial Notícias.
- Kitzinger, S. (1996 [1978]). *Mães. Um estudo antropológico da maternidade*, 2.^a ed.. Lisboa: Editorial Presença.
- Leeds-Hurwitz, W. (2005). Making marriage visible: Wedding anniversaries as the public component of private relationships. *Text*, 25 (5), 595–631.
- Morgan, D. H. J. (1996). *Family Connections – an introduction to family studies*, Cambridge: Polity Press.
- Morgan, D. H. J. (1999). Risk and family practices: accounting for change and fluidity in family life. In E. B. Silva & C. Smart [Eds.]. *The New Family?* (pp. 13-30). London: Sage.
- Muxel, A. (1996). *Individu et mémoire familial*. Paris : Éditions Nathan.
- Nydegger, C., & Mitteness, L. (1988). Etiquette and Ritual in Family Conversation. *American Behavioral Scientist*, 31 (6), 702-716.
- Rault, W. (2007). Nouvelles formes d'union, nouveaux rituels. Le PACS comme expression d'un engagement privé?. *Informations Sociales*, 144, 86-94.
- Roussel, L. (1989). *La famille incertaine*. Paris: Odile Jacob.
- Saraceno, C. (1997 [1988]). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sarmento, M. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas das segunda modernidade. In M. Sarmento e A. Cerisara (orgs.). *Crianças e miúdos* (pp. 9-34). Porto: Edições Asa.
- Smart, C. (2005). Textures of Family Life: Further Thoughts on Change and Commitment. *Journal of Social Policy*, 34 (4), 541-546.
- Smart, C. (2008). Relationality and socio-cultural theories of family life, *draft paper* apresentado na *ESA Research Network on Sociology of Family and Intimate Lives 'Family in the making: theorizing family in the contemporary European context'*, University of Helsinki, 27th-29th August, 2008.
- Théry, I. (1993). *Le Démariage*. Paris: Odile Jacob.

- Torres, A. C. (2002). *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, A. C. et al. [Coord.] (2004). *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Vala, J., & Torres, A. (Eds.) (2006). Special Issue on attitudes, values and social structures in European countries. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 5 (1, 3).
- Vala, J., Cabral, M. V., & Ramos, A. [Org.] (2003). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Vasconcelos, P. (2005). Redes sociais de apoio. In K. Wall [org.]. *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais* (pp. 599-631). Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K. & Guerreiro, M. D. (2005). A divisão familiar do trabalho. In K. Wall [org.]. *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais* (pp. 303-362). Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K. (1993). Elementos sobre a Sociologia da Família em Portugal. *Análise Social*, XXVIII (123-124), 999-1009.
- Wall, K. (2005a). *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K. (2005b). Modos de guarda das crianças. In K. Wall [org.]. *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais* (pp. 499-516). Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K., & Amâncio, L. [Orgs.] (2007). *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K.; Aboim, S. e Cunha, V. (2010). *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: CITE.
- Whitehouse, H. (2000). *Arguments and Icons: Divergent Modes of Religiosity*. Oxford: OUP.
- Wolin, S. J., & Bennett, L. A. (1984). Family Rituals. *Family Process*, 23, 401-420.

¹ Este texto adapta e sintetiza resultados de uma tese de doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade 'Sociologia Geral', intitulada *Pequenos e Grandes Dias. Os Rituais na Construção da Família Contemporânea* (Costa, 2011), realizada pela autora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com orientação científica de Ana Nunes de Almeida (ICS-UL) e apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/38679/2007).

² Todas as citações extraídas de obras em língua estrangeira foram livremente traduzidas para português pela autora. O texto não adopta a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 1990, e em vigor na ordem jurídica interna desde 2009.

³ Para uma descrição mais pormenorizada da metodologia, cf. Costa, 2011.

⁴ Sobre a importância do mito e nostalgia em torno da construção social da imagem da família moderna vd. *The Way We Never Were. American families and the nostalgia trap* (Coontz, 1992), seguido mais tarde por *The Way We Really Are. Coming to terms with America's changing families* (Coontz, 1997).

⁵ Expressão tomada de empréstimo a Salvador Dalí, 1931, óleo sobre tela (24 x 33 cm).

⁶ Isto ajuda a perceber porque a questão da gestão da posse e do destino a dar às fotografias em situação de divórcio ou morte é frequentemente apontada como delicada e problemática.